

Lar e Família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50

Flávia Brito do Nascimento

Arquiteta e historiadora, mestre em História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo pela EESC-USP, arquiteta do IPHAN-SP, e-mail: flaviabn@terra.com.br.

Resumo

Estudando o pensamento e a prática intervencionista dos profissionais de Serviço Social nas décadas de 40 e 50, no que concerne às formas de habitar populares, este trabalho discute o processo de formação do “novo homem” estadonovista.

Busca compreender o contexto em que surge o pensamento assistencialista no Brasil, suas relações com o Estado e com o pensamento católico. Por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos nas escolas de Serviço Social entre 1942 e 1953 e dos Anais do I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1949, problematiza-se a relação entre moradia e popular e práticas intervencionistas.

Palavras-chave: Assistencialismo, habitação popular, Rio de Janeiro

[a casa] deve ser o que é para todos – o lugar onde o homem se torna o que é – mas para o proletário deve, também, ser fator educativo: deve, portanto, ser o lugar onde êle se torne o que deve ser. (CUNHA, 1948: 68)

Um novo homem para um novo país

A partir da dinâmica política estadonovista no período pós-1937, as camadas populares, e agora compreendidas como camadas trabalhadoras, adquirem no país um novo status e posição. Se até este momento o povo brasileiro era classificado como pouco afeito ao trabalho e alvo de atuações repressivas, a partir de então passava a ser portador de potencialidades e necessidades, que uma vez atendidas, trariam à tona suas reais virtudes.

Estas sempre existiram no âmago de nosso povo, mas permaneceram bem guardadas durante anos, escondendo os valores da nossa nacionalidade. Fazia-se necessário “restaurar” a sociedade

brasileira, retirando-a do seu estágio de natureza, isto sendo feito através da organização do poder político. O projeto trabalhista passava a ser implementado com a organização da classe trabalhadora, seja em torno de sindicatos, seja em torno de órgãos vinculados à Igreja, tendo como base a “moderna”, para recorremos a linguajar de época, legislação trabalhista. Esta não era entendida por seus contemporâneos como uma forma de se extinguir a pobreza, mas como a possibilidade de se assegurar uma vida mais digna ao trabalhador, seguindo os preceitos de justiça social.

O Estado seria a instância homegeneizadora da sociedade, passando a pautar novas relações com os trabalhadores, sobretudo depois de 1942,

quando o regime se autoconduz para fora do autoritarismo e aproxima-se cada vez mais do “povo”. Saúde, alimentação, educação e habitação tornaram-se projetos prioritários. Os objetivos eram claros: estreitar os laços entre Estado e movimento operário, este representado através dos sindicatos. Não se buscava o mero controle, mas adesão e mobilização. O regime legitimava-se promovendo a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro. Os propósitos sociais seriam cruciais, na medida em que promoveriam o bem-estar nacional e realizariam o bem-comum.

É importante ressaltar que se até os anos 30 a questão social esteve fora da ordem do dia era porque, de um lado, a pobreza era encarada como inevitável, e, de outro, como funcional ao sistema sócio-econômico vigente. Fazia-se necessário garantir que o cidadão entenderia a si mesmo como possuidor de direitos sociais. No centro desta nova ordem estava o trabalho, motivo pelo qual os direitos sociais do trabalhador eram resguardados. O trabalho era um meio de realização pessoal e de promoção do desenvolvimento social do próprio povo, agora entendido como uma “pessoa nacional”. E como tal, dotado de qualidades positivas, portador de ânimo, interesse e capacidade. Minguava a visão negativa atribuída aos trabalhos manuais e, sobretudo ao trabalhador brasileiro (GOMES, 1988).

O conceito de povo não englobava indistintamente todos os brasileiros, mas sim todos aqueles solidários entre si e com a autoridade máxima – o presidente da República. Cidadãos eram aqueles que pertenciam a uma totalidade econômica (produziam riquezas), totalidade jurídica (possuíam carteira de trabalho) e moral (compreendiam o trabalho como um dever e como um direito).

O povo do Estado Novo era um corpo político hierarquizado pelo trabalho. Assim se constituía um novo ator social, definido como cidadão de uma nova espécie de democracia. O trabalhador brasileiro era o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional (GOMES, 1988:227).

As relações entre Estado e população deixavam de calcar-se no distanciamento e na repressão, ainda

que esta existisse, vale dizer. O pobre urbano não era mais aquele que deveria ser alvo das ações policiais e repressivas tão comuns ao cenário da República Velha; se até 1920 a questão social foi vista como uma questão policial, a partir de 1935 ela definia-se como uma questão política.

Segundo Monica Velloso, a dimensão ideológica do regime era fundamental, pois seria a responsável pela consolidação, com o passar dos anos, da doutrina de “obrigação política” para a sociedade civil. Através de sofisticados meios de propaganda o novo regime se instaurava (VELLOSO, 1982:72).

O Estado toma para si o papel de ingerência na sociedade civil, organizando-a de acordo com seus preceitos de cidadania e inserção política, trazendo à tona a nossa “verdadeira” alma nacional. Era o “homem novo” que daria início a uma “idade nova”.

O trabalhador estava no centro dos objetivos políticos e econômicos do governo. Este, embora saudado por seus atributos de honestidade e até mesmo por sua raça, ainda encontrava-se num estágio em que suas virtudes estavam adormecidas. Ele era sim dotado de qualidades, mas que precisavam ser trabalhadas de modo que pudessem florescer. Havia que se empreender um profundo trabalho de educação das massas, através de atuações cotidianas e personalizadas. O Estado deveria estar presente nas mais diversas escalas da vida dos trabalhadores, seja na escola, casa, fábrica ou hospital.

Mas quem seriam os atores sociais qualificados a atuar em nome do Estado junto aos trabalhadores? Quem seriam os “eleitos” por Getúlio Vargas – o Pai do Pobres – para educar seus filhos? O Estado, é claro, seria o educador mais eficiente, mas ele estaria personificado nos intelectuais ligados ao regime, através dos quais o ideário era difundido. As assistentes sociais atendem ao chamado e passam a trabalhar dentro de uma perspectiva missionária, cumprindo um dever moral para com a sociedade.

Esta era uma das facetas da veiculação do ideário varguista. Coube ao DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – executar o trabalho oficial de divulgação, cujas atribuições eram amplas e não se restringiam à imprensa escrita; áreas como rádio,

cinema, teatro e turismo tinham peso significativo. O Departamento sistematizava as informações dos ministérios e entidades públicas em forma de propaganda. Era também responsável por publicar as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, notadamente difusoras da doutrina do Estado Novo e um dos seus importantes registros históricos, perceptíveis através da colaboração de diversos intelectuais que recheavam as revistas com artigos de divulgação.

De visitadoras sociais a assistentes sociais: a legitimação de uma prática

Paralelamente a todos esses importantes meios de divulgação, havia que se forjar os agentes – esses mesmos ainda não preparados para sua tarefa – que pudessem atuar junto às camadas populares, dando-lhes a conformação desejada: transformando-os em cidadãos. Tal atuação seria complementar à legislação social, assegurando ao “novo homem” uma situação de vida mais humana e cristã.

Surgem no cenário os agentes sociais, aqueles que seriam efetivamente autorizados a entrar no universo popular e incutir-lhes novos atos. Tem início, a partir de 1935, um processo de constituição de uma classe profissional que iria assumir progressivamente papel legítimo de conhecedor do povo brasileiro, em particular do operário residente nas áreas pobres das grandes cidades brasileiras. O que se viu foi uma conjunção de interesses: de um lado os organismos da Igreja pautados nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* vinham desde o fim dos anos 20 realizando trabalhos assistencialistas (ou seja, aproximando-se do povo), e, de outro, o Estado Novo dando ênfase primordial à questão social. A lógica da carência social e da necessidade intervencionista encontra nas formas cristãs de atuação um forte e eficiente aliado (REIS, 1998).

A partir dos anos 20 tem-se uma primeira fase do que se entende por “reação católica”, visando a divulgação da doutrina católica e a mobilização do apostolado social. No epicentro desta transformação estará o Centro Dom Vital, coordenado primeiramente por Jackson de

Figueredo sendo sucedido por Alceu Amoroso Lima. Através das revistas *A Ordem* e *Centro Social*, esses religiosos, somados a outros como Pe. Júlio Maria e D. Sebastião Leme, chamavam a atenção para a importância da religião, sem que, no entanto, chegassem a tratar das questões sociais que lhe seriam tão caras anos depois (REIS, 1998). Seu foco principal era o campo político, numa tentativa de ganhar mais espaço no processo decisório do país.

Ainda na década de 20, de forma embrionária, organiza-se a Associação das Senhoras Brasileiras e a Liga das Senhoras Católicas, que para além das tradicionais atividades de caridade, traziam já a preocupação de uma ação preventiva frente aos grupos proletários, e não exclusivamente de caráter curativo. Essa forma de atuação marcará a futura profissionalização da assistência social e o modo como se dará o envolvimento dos organismos da Igreja na questão social brasileira (IAMAMOTO, 1982).

É com o corte instaurado pela Revolução de 1930 que a Igreja ganha espaço no cenário nacional, vinculada à ação efetiva do Estado. Símbolo disto será a entronização de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil em 1931 e a inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. No que concerne à legislação, a Constituição de 1934 instaura o ensino religioso facultativo nas escolas, a indissolubilidade do matrimônio e a validade do casamento religioso para fins civis, todos atos que tiveram o aval dos setores religiosos (REIS, 1998).

Surgem algumas instituições que serão responsáveis por atuar nas ações internas e externas dos agentes católicos. Os Centros de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS – surgem em 1932 para tornar mais efetiva a atuação dos assistentes, saindo da esfera da filantropia. Ofereciam cursos de formação, calcados no ensino da doutrina social católica visando tornar mais eficientes os trabalhos de educação popular (IAMAMOTO, 1982). Poucos anos depois cria-se, em 1935, a Ação Católica Brasileira – ACB – com o intuito de organizar internamente o laicato católico. Para Dom Hélder Câmara, um de seus mentores, os laços da Igreja deviam ser fortalecidos, visando a uma melhor administração da Igreja (BELOCH, 2001).

A articulação da Igreja tinha naquele momento dupla faceta: ao passo que buscava sua organização interna, galgava no cenário nacional cada vez mais espaço junto à sociedade e ao poder público. A questão social investe-se de conteúdo religioso e os agentes sociais seriam um instrumento a serviço do apostolado social, visando a recristianização do mundo. Era possível ao laicato católico, a partir da criação do Serviço Social, cumprir o mandato de Cristo para construir um mundo fraterno e justo (REIS, 1998:88).

Progressivamente, o Serviço Social buscava a sua institucionalização, o que só viria a acontecer em 1938, a nível federal, quando é então criado o Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, com a tarefa de organizar sua atuação em todo país (SOUZA, 2000). A institucionalização do Serviço Social é fruto, por um lado, dos interesses do Estado de priorização da questão social, e, por outro, do acirramento da questão urbana a partir de 1930, quando é dada a partida ao processo de metropolização. O problema do crescimento das cidades já assolava as principais capitais do país, e o Rio de Janeiro, na condição de capital, estava no epicentro deste fenômeno. A cidade contava em 1948 com cerca de 280.000 pessoas habitando nas 119 favelas cariocas, espalhadas pelos morros, encostas, praias e ilhas (PDF, 1949). O problema da pobreza urbana e da ocupação de determinadas áreas das cidade, embora já fosse merecedor de grande destaque desde o início do século XX, a partir de então, ganha maior notoriedade. É o que se verifica nas palavras de uma assistente social:

No Rio, cidade de coloridos e galas exuberantes, a luz forte que ressalta a graça inconfundível de uma natureza inigualável, faz da favela um grito ainda mais dissonante, que se destaca na afinação maravilhosa de tanta riqueza e graça.

Talvez seja por isso que nossas favelas pareçam mais miseráveis e sórdidas que todas outras (SILVA, 1942:7,8).

Ou ainda, no dizer de outra assistente social alguns anos depois:

As favelas do Distrito Federal crescem assustadoramente tirando toda estética da cidade e ameaçando fazer da capital do Brasil a cidade que tem o maior número de desajustados (VALENÇA, 1953:12).

Uma significativa camada da população migrava para as cidades engrossando as fileiras da pobreza, ou melhor, das moradias autoconstruídas. Para a intelectualidade de então, a atuação junto a tais grupos, antes marcada por repressão física e remoções drásticas caminhava no sentido da reeducação de um povo carente, miserável e desajustado. Embora seja necessário, aqui, apontar que os caminhos da educação passavam por coerções, intervenções, remoções, dentre outras formas graves de violência.

O trabalho de assistente social constituiu um mercado em grande expansão incapaz de ser suprido pelos profissionais existentes. A maioria dos profissionais era do sexo feminino, já que as atividades a serem exercidas no campo relacionavam-se socialmente aos papéis a serem cumpridos pelas mulheres. Ninguém melhor que elas – de acordo com o pensamento vigente - para ensinar como se deve organizar uma casa, ou como as crianças devem ser educadas – a esfera familiar, da casa, era a esfera “natural” das mulheres.

As discussões sobre quem atuaria e sobre como deveria se dar o trabalho assistencial tinham campo fértil e sua formalização não ocorreu de forma tranquila. Havia uma gama de possibilidades profissionais, e como sua decorrência, uma disputa de espaços de atuação. Entendia-se que o assistente social era aquele profissional de nível superior, responsável por organizar e coordenar os trabalhos. Abaixo destes, havia os agentes sociais, visitantes sociais, recreadores e educadoras familiares, todos de nível técnico. Mas faziam parte também das equipes e, algumas vezes eram formadas nas mesmas escolas, enfermeiras e nutricionistas. Com o mercado de trabalho em expansão, era necessário formar rapidamente profissionais de diversos níveis que pudessem atuar junto aos “desvalidos”, embora esta posição não encontrasse unanimidade (MESQUITA, 1985).

A partir da década de 40 são criadas diversas instituições de assistência ao trabalhador, cada qual cobrindo um setor de suposta carência: LBA - Legião Brasileira de Assistência (1942), SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1946), SESI – Serviço Nacional da Indústria (1947) e Fundação Leão XIII (1946), entre outras.

A LBA nasceu durante a II Guerra Mundial com o objetivo de atender às famílias dos combatentes. Surge da iniciativa de particulares sendo absorvida e financiada pelo governo. Com o fim da guerra, passou a atuar em praticamente todas as áreas do assistencialismo, sendo um órgão nacional de organização e de distribuição de recursos.

O SENAI teve como intuito formar rapidamente operários qualificados para a indústria, preparando-os para funções mais especializadas. Buscava livrar-se da imagem do operário padrão brasileiro e incutir uma nova mentalidade de operários responsáveis e conscientes de suas obrigações. Já o SESI, baseava-se em serviços assistenciais e de educação popular que procuravam atingir a população operária dentro e fora dos estabelecimentos industriais. Ambas instituições ofereciam diversos cursos aos operários, às crianças e às mulheres – operárias ou não – na esfera doméstica e recreacional como parte de uma campanha para promover uma maior produtividade (WEINSTEIN, 2000).

A Prefeitura do Distrito Federal foi uma das grandes empregadoras dos assistentes sociais. Havia demanda por trabalhos sociais nos hospitais e ambulatórios, cujos pacientes eram parte de um inquérito regular, com o objetivo de promover educação sanitária. De grande repercussão foi a criação da Fundação Leão XIII, instituição cujo objetivo era o de prestar assistência material e moral aos moradores das grandes favelas do Rio de Janeiro. Para tal criaram-se os Centros de Ação Social – CAS – cujos serviços eram: posto médico, jardim de infância, curso de alfabetização de crianças e adultos, aulas de corte e costura e de trabalhos manuais, fornecimento de refeições além dos trabalhos de serviço social de casos. Ainda no ramo de habitação da Prefeitura, construíram-se os Parques

Proletários – habitações “higiênicas” de caráter transitório - contando com a atuação fundamental das assistentes sociais na educação dos antigos moradores de barracos e cortiços (MESQUITA, 1985).

Outra iniciativa na abertura de novo campo de atuação foi a fundação dos Institutos de Aposentaria e Pensões – os IAPs – órgãos federais de previdência do trabalhador responsáveis por construir diversos conjuntos habitacionais em todo país e, sobretudo neste momento inicial, no Distrito Federal (BONDUKI, 1998), onde, de forma pioneira, organizaram-se os centros sociais dos conjuntos habitacionais.

É nítido o aumento da oferta de emprego e, se em um primeiro momento, até cerca de meados dos anos 1940, importava que os assistentes sociais estivessem imbuídos de um espírito vocacional e de apostolado social, num segundo momento, com o quadro institucional fortalecendo-se, cabia dotar os profissionais de conhecimentos técnicos e não somente de sólidos valores morais. A priorização da questão social demandava a ênfase nos aspectos técnicos para que o trabalho assistencial fosse eficiente. Para tanto, inicia-se o processo de criação das Escolas de Serviço Social, fornecendo um ensino especializado e de fato formando profissionais. Em 1949 já eram 15 escolas de Serviço Social em todo país, quase todas de doutrina católica e filiadas à União Católica Internacional de Serviço Social - UCISS. O Distrito Federal é que assiste à maior profusão de escolas, fundadas nesta seqüência:

- 1937 – Escola de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar; Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro;
- 1940 – Escola de Serviço Social da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- 1943 – Serviço Social das Universidades Católicas, depois incorporada ao Instituto de Educação Familiar e Social, hoje Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;
- 1944 – Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, conhecida como a escola da prefeitura, hoje pertencente à Universidade Estadual do Rio de Janeiro;



Figura 1: Alunas da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth numa aula de treinamento (PDF, 1944:9).

Figura 2: Capa do primeiro número da Revista Serviço Social (REVISTA SERVIÇO SOCIAL, 1939: capa).



O SERVIÇO SOCIAL AJUDARA' ESTA FAMILIA A DESCOBRIR:

O sentido da vida — A dignidade do trabalho — O amor à vida familiar — O valor da educação — A necessidade de um corpo sadio
A fraqueza do individualismo e a força da associação.

Em um período de menos de dez anos foram abertas seis escolas no Rio de Janeiro, o que atesta a demanda efetiva por profissionais. As escolas não tinham o mesmo propósito nem buscavam formar profissionais com o mesmo perfil; eram essencialmente para mulheres, podendo admitir homens em alguns casos. O perfil profissional deste momento – formar educadoras sociais e familiares – valorizava os atributos ditos como femininos. As escolas dividiam-se basicamente em confessionais católicas e aconfessionais.

As confessionais católicas eram em maior número, e centravam seu discurso na formação e consolidação moral de seus alunos. Ícone máximo desta corrente era a escola da PUC, cujo corpo docente era essencialmente de católicos praticantes, a maioria pertencente à elite católica e à intelectualidade estadonovista, destacando-se dentre eles Alceu Amoroso Lima. Sua administração foi entregue à educadora francesa Melle. Germaine Marsaud, sendo uma escola para moças finas, filhas de famílias bem constituídas e oriundas dos colégios católicos, muitas vezes membros da Ação Católica.

Enquadradas na vertente aconfessional estavam as duas Escolas Técnicas, uma da prefeitura e a outra fundada pela deputada Carlota Pereira de Queiroz, ambas gratuitas, destinadas a um público médio, formando tanto técnicos quanto profissionais de nível superior. Embora ambas veiculassem sua não vinculação a credos religiosos, o espírito cristão estava na origem da própria profissão e na condição básica de legitimação da existência do assistencialismo dentro do ideário varguista. Eram os seus valores mais essenciais que seriam capazes de garantir a existência do “homem novo” e em consequência da “nova família”. Exemplo disto é o relatório das atividades da Escola Cecy Dodsworth, apresentada no Congresso Pan-Americano de Serviço Social:

Os ensinamentos cristãos representam a fonte onde os trabalhadores sociais irão abeberar-se; a moral cristã é aceita e reconhecida mesmo pelos não cristãos, no sentido religioso da palavra, por outro lado impossível será dissociar-se a Assistência Social do Cristianismo, pois este foi (...) o movimento que revelou a verdadeira caridade entre os homens (DODSWORTH, 1949).

Percebe-se no discurso dos fundadores da profissão que há uma tentativa de associar legislação trabalhista, Direito Social, com os princípios do cristianismo, humanizando o direito ao trabalho. A legitimação do Estado enquanto outorgante de direitos sociais passa pela citação do cristianismo. A assistência social garantiria o rendimento social do trabalho e, portanto, sua eficiência (ALMEIDA, 1947).

Até cerca de 1945, concomitante com o período de fundação das escolas, a prática profissional esteve vinculada ao modelo franco-belga, existente desde o início do século, e que no Brasil foi veiculado como “Modelo Ação Social”. Baseado no serviço social de casos, propunha como metodologia, primeiramente, o estudo da situação do “cliente”, em seus aspectos físico, social, psicológico, econômico e nas suas relações de trabalho; feito isto, passava-se a avaliar a natureza da necessidade do cliente, para então determinar que tipo de ajuda seria oferecida.

Este modelo passou a sofrer alterações com a introdução de técnicas e de uma vasta literatura norte-americana, configurando o que se entende por “Modelo Funcional”. Tal movimento é impulsionado pelo intercâmbio das escolas de Serviço Social brasileiras com as norte-americanas, através da concessão de bolsas de estudo. Objetivava-se introduzir atuações mais técnicas, com o foco de atuação centrado na comunidade e nos grupos (*social casework*, *groupwork* e *community organization process*¹, conceitos divulgados através de práticas empíricas, instrumentalizando a ação dos assistentes sociais. Buscava-se fornecer regras para o conhecimento do mundo real, propondo-se um trabalho social organizado em torno de quatro operações básicas: estudo, diagnóstico, tratamento e avaliação (ALMEIDA, 1978).

A prática profissional esteve, no entanto, mesclada por ambas concepções, e a divisão em modelos tem apenas o objetivo de demonstrar como o campo de saber do serviço social estava tomando corpo. Fazia-se necessário legitimar a intervenção no social – já requerida e promovida pelo Estado - através da doutrina social da Igreja, cujos agentes, mais uma vez, eram os profissionais da área, que atendiam ora pelo nome de visitantes sociais, ora por agentes sociais, até finalmente serem consagrados como assistentes sociais.

¹ Tais práticas foram difundidas, em grande medida, pela americana Mary Richmond cujos livros *O diagnóstico Social de 1917* e *O que é serviço social de caso?* de 1922 tornaram-se referências (REIS, 1998).

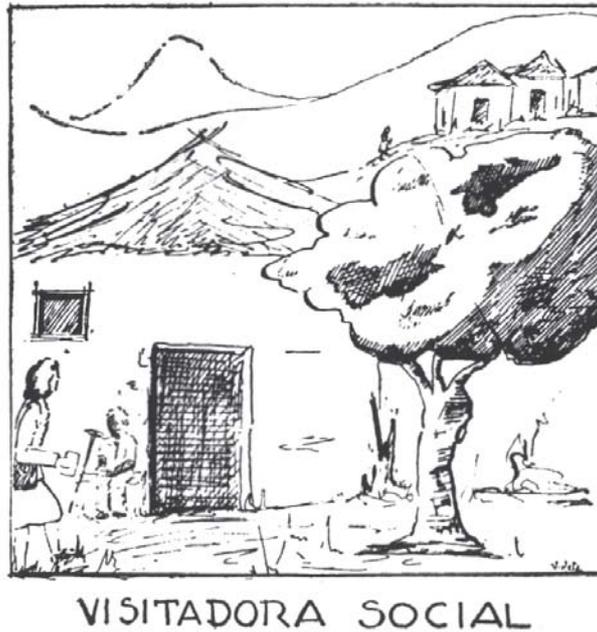


Figura 3: Representação do trabalho de Visitadora Social da Escola Cecy Dodsworth, segundo brochura de divulgação (PDF, 1944:13).

Lar e família

De acordo com Roger Chartier, ao se trabalhar com leituras e/ou textos escritos podemos incorrer em visões distintas. Pode-se considerar a leitura como uma prática criadora, produtora de sentidos autônomos, singulares e até mesmo distantes das intenções de quem o produziu. Por outro lado, pode-se considerar o caráter todo-poderoso, supremo do texto que anula o leitor e sua capacidade de ser também um produtor de sentidos. De cada lado situam-se agentes: o escritor, o editor e todos aqueles envolvidos na produção de um texto, que é proposto ao leitor como possuidor de uma só interpretação, uma exclusiva e determinada compreensão intencionada; no reverso da moeda, os leitores, consumidores da palavra escrita, indivíduos que podem encarar, cada um a seu modo, um objeto impresso.

Para livrar-se desta tensão é necessário ao historiador buscar as estratégias de ação propostas por um texto, além das formas impressas que lhe servem de suporte. Não existe nenhum texto fora do suporte que lhe dá forma; a maneira como ele é veiculado (configuração de livro, brochura, periódico) terá

importância crucial tanto na mensagem pretendida pelo autor, quanto na interpretação do leitor. É necessário procurar onde se insere o leitor na palavra escrita, e quais as formas utilizadas, explícita ou implicitamente, para que a interpretação pretendida pelo autor aconteça (CHARTIER, 1990).

Estas maneiras de se forjar determinada apreensão do texto são importantes na medida em que muitos o fazem no intuito de suprimi-lo enquanto discurso para produzir, na prática, comportamentos e condutas. Para Chartier seriam exemplo de textos que pretendem incorporar nos indivíduos gestos necessários ou convenientes os tratados de civilidade, as artes de bem morrer e os livros de práticas.

Nossas fontes concentram-se em dois tipos de material impresso: Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC – apresentados às Escolas de Serviço Social entre 1942 e 1953 e artigos publicados nos Anais do I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1949. Os TCC escolhidos para análise foram retirados de um universo maior de trabalhos defendidos, mediante uma banca, como requisito para obtenção do grau de assistente social. Os textos

selecionados referem-se exemplarmente ao pensamento dos profissionais sociais do período e demonstram de que modo estavam tecendo seus conhecimentos e sua prática acerca das formas de morar populares.

Na medida em que os assistentes sociais, nos seus relatórios de atividades dignificavam e elegiam o lar burguês como modelo familiar, e por outro, desqualificavam o modo de viver das camadas populares, estavam forjando concepções do cotidiano nas favelas e nos cortiços de cidade. Nos é dado decodificar nos interstícios da escrita seus modelos de compreensão da cidade e das formas de habitar do povo.

Não nos coube aqui determinar se tais modos de vida de fato existiriam na condição em que nos foram apresentados pelos profissionais. São uma forma de representar o social, um produto das estratégias e práticas de imposição da autoridade intervencionista.

Selecionamos aqueles que estavam diretamente ligados ao nosso tema de investigação: a visão das elites intelectuais do modo de viver popular nos anos 40 e 50. Uma vez estabelecida a formação dos assistentes nas Escolas e nas diversas instituições, os profissionais deram início aos propósitos de educar o povo, na tentativa de efetuar a apregoada justiça social. Para tanto, era necessário levantar minuciosamente as condições de vida dos habitantes das favelas e cortiços – os desajustados sociais – para que surgisse um diagnóstico e posteriormente a proposição da solução de cada caso.

É o que fez Maria Hortência Silva (1942), cujo trabalho acabou por ser publicado pela Prefeitura do Distrito Federal, através da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, fruto de seus estudos como estagiária da prefeitura da favela do Largo da Memória.

A favela, localizada no bairro da Gávea, passou a ser submetida à ação da Prefeitura quando esta “tentou resolver [seu] problema”. Foi feito em 1940 um inquérito minucioso, onde apurou-se que 50% da população era de operários e 25% doméstica,

restando um número “nada anormal” de homens que não trabalhavam. Concluiu-se também que, para uma favela, os casos de miséria eram bastante razoáveis, entre 8% e 10%, e que quase a totalidade dos barracos, nos quais vivia uma média de seis pessoas, era de propriedade de seus habitantes (SILVA, 1942:43, 44).

Estes dados teriam sido, então, fundamentais para a decisão de desmonte da favela, cujo processo teve início em 1941.² Foram convocadas estagiárias às quais foi explicado que esta era “a grande oportunidade que se abria ao Serviço Social e que [este] não poderia perder esta ocasião de mostrar sua eficiência”, num discurso que claramente preocupava-se com a legitimidade da profissão. Às assistentes sociais era agora confiada uma tarefa e, sendo realizada a contento, o campo de ação poderia estender-se ainda mais (SILVA, 1942:45).

Às estagiárias coube um duplo papel: fixar plantão em um escritório localizado na própria favela e percorrer barraco por barraco levantando as condições de moradia e de vida dos moradores. A estes eram oferecidas algumas opções quando do desmonte: 1. voltar para o interior; 2. ir morar no subúrbio, em terrenos próprios ou em casa de parentes; 3. comprar um terreno a prestação; 4. alugar cômodos em casas coletivas, no mesmo bairro. A única opção que não estava colocada foi aquela que aconteceu: os moradores reagiram, e o desmonte, já iniciado, foi suspenso. As casas já demolidas foram reconstruídas.

Mesmo com a suspensão da demolição, as assistentes sociais “não abandonaram seus protegidos” e continuaram trabalhando através de programas de reajuste jurídico, de saúde, social e educacional (SILVA, 1942:60). Isto feito sob o argumento de que os pobres precisavam de educação para que saíssem das condições em que se encontravam, de modo a poderem se “reajustar” socialmente.

A atuação das assistentes vai exatamente ao encontro das mais aclamadas doutrinas de Getúlio Vargas nas quais o pobre era investido de dignidade e honestidade:

² A área desta favela pertencia à prefeitura, região de grande valorização imobiliária. As classes mais abastadas foram paulatinamente conquistando terrenos junto ao mar – Copacabana, Ipanema, Leblon – e consequentemente, seus bairros adjacentes, antes notadamente proletários, tais como Jardim Botânico e Gávea que tornaram-se, progressivamente, alvo de moradia da elite. As favelas que se constituíram nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas atraídas pelas indústrias ali localizadas foram, a partir de 1940 até os anos 1970, sendo despejadas, desmontadas até serem extintas (ABREU, 1997).

(...) nem sempre o favelado é malandro; o mais das vezes, é somente a luta pela vida, a miséria, a moléstia e fome que obrigam o indivíduo até a favela (SILVA, 1942:61).

Mas, mesmo não sendo malandro, precisava ser educado:

(...) o ponto visado é suprir a anomalia que impede o indivíduo e os que dele dependem de preencher as funções que lhe competem na sociedade.

Se para alguns ela não consegue remover totalmente a dificuldade, pode para todos ameniza-la.

O grosso do trabalho é educar, pois a ignorância está na raiz de todos os males que afligem o nosso povo (SILVA, 1942:64).

Os profissionais de serviço social pareciam ter convicção de que recebendo educação, os valores das camadas populares transformavam-se, e quem antes gostava apenas de samba, passa a entender que a vida de trabalho era mais dignificante. O artigo Serviço Social no Morro da Providência (Favela)³ apresentado ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social ilustra com maestria este ponto de vista: a filha de Seu Bagunça era uma grande sambista do morro e “lisonjeava tôda vaidade e amor de pai” e as assistentes sociais perceberam nela um grande potencial diante de seu interesse em transformar-se em enfermeira. Tendo conseguido a filha realizar este sonho, Seu Bagunça julgou que tão “elevado cargo” era incompatível com o posto de Porta-Estandarte da escola de samba Firme-Firme e espontaneamente concordou em escolher outra moça “com predicados de beleza e porte adequados” para a função.

Uma vez adquirindo alguma instrução, os próprios habitantes das favelas “cuja vida se organiza como se o mundo cá embaixo não existisse, a malandragem é uma profissão regularizada, e o samba um meio de vida” (SILVA, 1942:11) percebiam que havia um outro mundo, fora das favelas.

O instrumental das assistentes para atingirem seus objetivos era a educação, mote do discurso de reajustamento social, do “trabalho profundo de reeducação” (CHAGAS, 1946: Introdução). Este

somente teria efeito se atendesse à família. Esta deveria ser contemplada em sua totalidade, para que com os seus elementos ajustados pudesse contribuir para o engrandecimento da nação.

Esta visão advinha da formação católica que apregoava a família como o núcleo primeiro e principal da sociedade. Ela era a primeira “célula social” na qual os valores morais seriam aprendidos e consolidados, sendo a base da vida em grupo e da estrutura social (LIMA, 1949). A família era entendida como aquela nuclear em que o pai, chefe da família, era o responsável pelo sustento do lar. A mãe, essencialmente vocacionada para os serviços domésticos, era peça chave na organização do lar, podendo eventualmente ser operária, e os filhos eram os futuros trabalhadores. A cada um destes elementos cabia um dado papel, que no ver das autoridades intervencionistas, não estava sendo devidamente cumprido, fruto da crise moral, social e econômica que assolava a sociedade urbano-industrial:

Família, que só vive da dedicação recíproca de seus membros, era por tôda parte dilacerada pela invasão crescente do egoísmo. O estabelecimento do divórcio em muitos países, as idéias novas sobre a pretensa independência da esposa em relação ao marido, dos filhos em relação aos pais, dos empregados em relação aos patrões, correspondia a um abandono sempre mais alarmante do lar pelo esposo infiel, dos filhos pelo pai e quicá pela mãe desidiosa, e a um trato cada vez mais desumano dos patrões em relação aos empregados (SOUZA, 1944: Introdução).

Maria Célia Paoli (1992:17-41) destaca a importância da família operária para o contexto da formação do trabalhador brasileiro. Para a autora, o Estado, ao legislar sobre o trabalho, passa a intervir na esfera privada, normatizando suas experiências coletivas familiares fora do ambiente da fábrica. Até os anos 1920 o empresariado dependia da exploração intensiva de seus trabalhadores para manter e/ou aumentar os lucros de sua produção, seja através de longas jornadas, seja por dias e dias de trabalho sem pausas. Quando são aprovadas as leis de férias, assegurando ao trabalhador um tempo livre, a grita geral era de que estas iriam provocar a dissolução do caráter do trabalhador,

³ (SANTAMARIA, 1947). Esta teria sido a primeira favela do Rio, dando inclusive origem ao nome, tendo sido formada pelos combatentes da Guerra de Canudos. Há, entretanto, notícias de outras favelas da cidade desde inícios do século, sendo esta uma história por escrever-se (VAZ, 1998).

permanecendo horas na rua e os vícios seriam armadilha fácil. O modelo fábrica-vila proletária era um modo de normatizar a vida do operário de modo mais direto. Com a contundente desqualificação do seu modo de vida e de sua habitação (insalubre, anti-higiênica, promíscua), disciplinavam-se todas as dimensões de sua existência.

O Estado getulista regulamenta, na esfera estatal, as relações de compra e venda de mão de obra, trazendo para o campo político as relações da família trabalhadora. Mas o modelo de exploração familiar continuava intacto: se na República Velha a cooptação do trabalho se dava através da garantia de que toda família estaria produzindo para a fábrica, no regime estadonovista as legislações individualizavam os diretos, no qual cada pessoa era uma “célula vital do organismo pátrio”, mas não garantiram que mulheres e crianças saíssem do mercado de trabalho, ou seja, que toda família se envolvesse no processo produtivo das indústrias.

O discurso moralizante das assistentes sociais insistia repetidamente nos papéis ideais e tradicionais de cada membro da família, com a mulher dentro do “sagrado lar”, cujo objetivo último era transformar-se em educadora familiar (CHAGAS, 1946). Era por meio da família – “célula política primária” – que se atingia mais facilmente o homem, e era através dela que o progresso material e moral do país tomaria corpo.

A família operária sem um lar jamais estaria completa: “casa e família eram praticamente a mesma coisa” (GOMES, 1988:264). Acreditava-se que o meio influenciava diretamente o comportamento dos trabalhadores e que só através da reformulação de seus lares, da sua organização, seria possível atingir os propósitos de construção da nação.

Se a família é o meio natural a formação do homem, a casa é o ambiente natural a vida familiar (SOUZA, 1944:2).

As condições de moradia encontradas pelas visitadoras sociais nas favelas do Rio de Janeiro eram qualificadas como sendo da pior espécie e taxadas de altamente degradantes, incapazes de

gerar uma família, nos termos que se defendia. O primeiro e maior problema detectado era a superlotação das habitações que levava geralmente, a uma alta promiscuidade, problema ainda mais grave, que significava a mistura de idade, sexo e estado civil em um só cômodo, sem qualquer distinção. Quanto maior a promiscuidade, pior era o nível moral. Promiscuidade era entendida como o inverso de espírito de família, já que as noções de pudor físico, moral ou de privacidade estavam definitivamente banidas das relações entre os moradores, o que tinha por consequência a dissolução dos costumes.

A superlotação levava a desavenças constantes entre os moradores, multiplicadores dos problemas morais e de saúde, gerando – porque o meio formava – malandros, malfeitores, péssimos pais de família, péssimos esposos, péssimos profissionais, péssimos cidadãos (CUNHA, 1948:17).

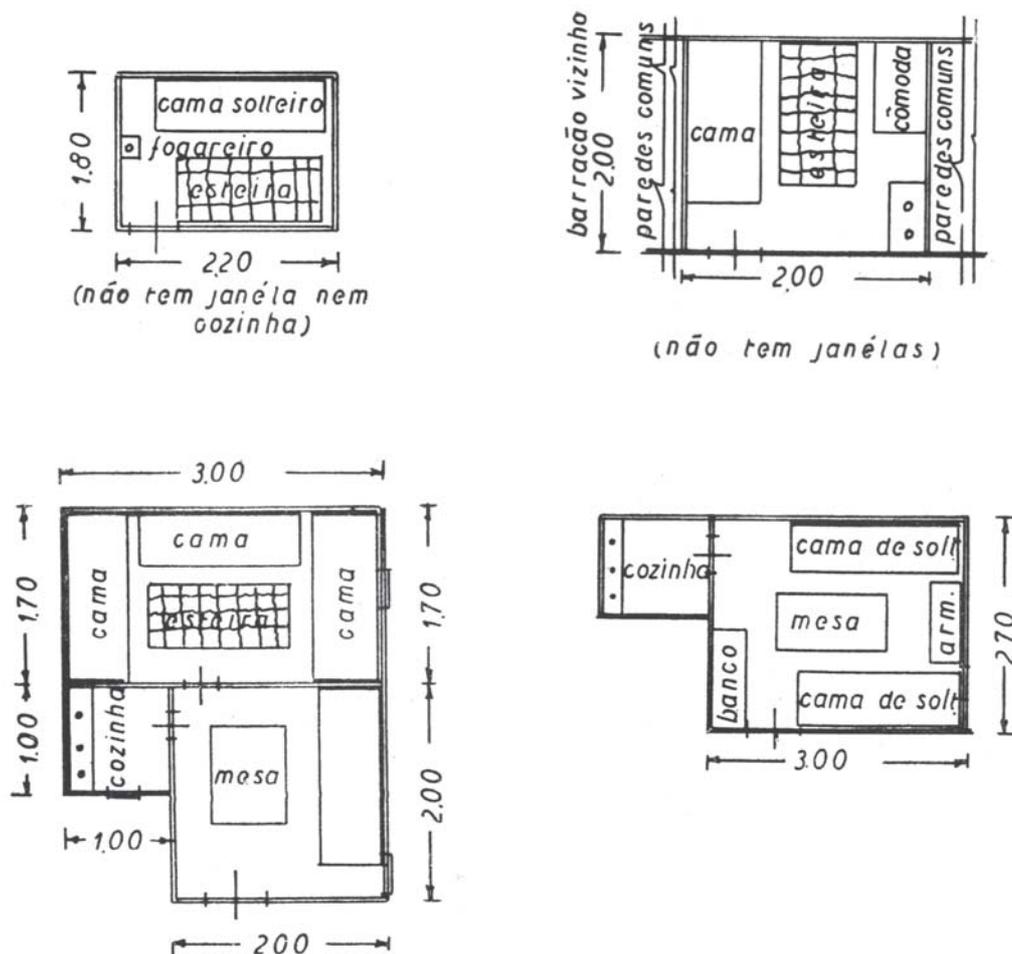
O aspecto físico das habitações também era detratado, já que as casas estavam constantemente ameaçadas de ruir. Elas qualificavam-se em: 1. Barracos: construções em madeira, frágeis, anti-higiênicas, não oferecendo proteção contra o vento, chuva, sol e umidade; 2. Casebres: pequenas habitações em tijolo, sem oferecer abrigo contra as variações barométricas, higrométricas e climatéricas; 3. Pau-a-pique: construções muito resistentes ao tempo, tendo inclusive especialistas na técnica; 4. Bambu: não poderá ser chamado de casa, também não é habitação, aproxima-se mais de um galinheiro (CUNHA, 1948:18-19).

As preocupações estéticas com a casa por parte das assistentes sociais refletem mais as questões morais, centradas em um grande debate que vinha desde a República Velha, de higienização e de adaptação às nossas condições climáticas. Havia, para alguns teóricos, a afirmação de que a arquitetura era uma expressão de seu meio e um fenômeno geográfico. Aloísio Bezerra Coutinho (1930), em tese sobre habitação higiênica, argumenta que a casa era tida como principal foco de doenças, e que esta precisava dar proteção sanitária em moral à família.

Figura 4: Tipo C – São péssimos, e infelizmente muito numerosos. Constam de uma peça só, onde toda família vive, servindo ao mesmo tempo de quarto, sala, cozinha, etc. A situação peora na proporção do maior número de membros. Então apresentam-se casos verdadeiramente horrorosos, onde a promiscuidade torna-se um atentado à higiene e à moral; Tipo B – Constituem a grande maioria. Alguns são melhores. Assim, temos a categoria dos de duas peças, quarto e sala, e cozinha separada, sem instalações sanitárias. No quarto, quase sempre dorme toda a família, pois a sala é, em geral mínima (SILVA, 1942:25, 26).

Este é um debate que tem eco nas primeiras décadas do século XX e, que, ainda são passíveis de serem encontrados nas argumentações de profissionais de serviço social, em fins da década de 1940. Isso, claro, reflete as preocupações mesmas que são passadas através das disciplinas dos cursos: havia aulas de higiene social, mental, profissional, coletiva e da criança (BOABAID, 1979:71). As questões morais eram de grande importância e descrever que tipo de habitação era encontrada nos morros do Rio significava mostrar o quão moralmente desvalidos estavam os nossos trabalhadores, e o quanto era importante transportá-los para condições melhores. A favela em raros momentos é compreendida como uma das estratificações do desenvolvimento técnico do século XX. A fala veicula-se no sentido de classificar e taxar negativamente as expressões populares de habitação, sempre para provar o quanto eram inadequadas.

Uma vez demonstrada e desqualificada toda forma de habitação popular espontânea existente, era chegada a hora de propor soluções, ou ao menos dar os subsídios aos seus promotores. As intervenções teriam lugar tanto em áreas de moradia popular já estabelecidas pelos moradores autonomamente, como é o caso da atuação da Fundação Leão XIII nas favelas do Rio de Janeiro, ou na construção de novas moradias. Estas poderiam assumir diversas composições e formas, seja de conjuntos habitacionais de caráter arquitetônico moderno – quer sejam casas, quer sejam blocos em lâmina – como é o caso dos Institutos de Aposentadorias e Pensões ou do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, ou ter um caráter de moradia temporária, como nos Parques Proletários.



Indistintamente da forma arquitetônica/urbanística, nos parece que os objetivos de educação popular foram uma constante na quase totalidade dos empreendimentos. Não bastava, na visão assistencialista, que apenas se construíssem moradias. A população deveria receber atenção cuidadosa em suas casas, para que pudessem ser transformadas em lares. A arquitetura assume a postura não de um objeto isolado em si, mas de suporte e de mudança a que se pretendia: ensinar a morar, portanto, era tarefa das profissionais de assistência.

Já que a discussão tutelar da moradia e a intervenção estatal no universo da habitação dos trabalhadores estavam instauradas, tratava-se então de discutir a forma de propriedade da habitação. O debate habitacional polarizava-se basicamente de duas formas: entre os que acreditavam na casa própria como a melhor solução e entre os que, do lado oposto, defendiam o aluguel. Os defensores da casa própria unifamiliar encontravam-se em maior número, contrariamente ao quadro real, no qual raros operários eram donos de sua própria habitação; cerca de 70% dos domicílios, como ressalta Bonduki (1998), eram alugados, mesmo no caso das favelas.

Havia um grupo que acreditava que o acesso à propriedade significaria a consolidação de riquezas geradas pelo trabalho. Ao ter uma propriedade o status do trabalhador se modificava, ele agora era aquele que possuía bens. O fundamental era que a casa própria assegurava estabilidade ao sistema, em oposição aos regimes socialistas. É esse ponto de vista que defenderão boa parte das assistentes sociais: a casa deveria ser unifamiliar, nas medidas da família proletária, e de propriedade do morador (CUNHA, 1962). A propriedade era parte fundamental do processo, pois se entendia que o trabalhador cuidaria melhor da mesma e se integraria de forma mais completa à sociedade caso fosse detentor de sua casa. Só tomaria gosto pela casa aquele que morasse em sua propriedade.

Interessante notar que ao assumirem o papel de conhecedoras empíricas do ambiente de moradia do proletariado, posto arduamente galgado em cada subida aos morros da cidade, as assistentes assumiam também o papel de conhecedoras do ambiente ideal de moradia a ser proposto aos trabalhadores. Para a constituição do lar operário

havia ingredientes que deveriam ser contemplados, em nome da constituição da boa família brasileira, aquela mesma responsável pelo futuro da Nação.

As soluções de caráter mais geral seriam construir casas e vilas operárias baratas, limitar o preço dos aluguéis e educar o gosto pela casa (SOUZA, 1944:3). Aos arquitetos, as indicações por parte das assistentes para a construção de casas operárias eram amplas, porém incisivas:

- [em] número suficiente
- boa qualidade de construção
- segurança física e moral
- dimensões, acomodações e dependências suficientes para a família
- terreno, horta, jardim
- água e instalações sanitárias
- boa localização (CUNHA, 1948:61)

Construídas as casas fazia-se necessário preparar os moradores para nelas habitarem. As condições de moradia em que se encontravam os havia deturpado de tal modo que precisavam ser ensinados a habitar em novas casas, para que cada membro pudesse exercer devidamente suas missões morais (esposa e esposo, mãe e pai) e missões materiais (dona de casa e chefe de família e profissional). A educação deveria se a primeira medida, antes mesmo da mudança. De nada adiantaria fornecer a habitação se os operários não soubessem se servir dela. Para tanto, antes da entrega das casas deveriam ser ministradas algumas instruções essenciais para que o morador estivesse pronto para morar em ambiente tão diverso do seu, e para usufruir do mesmo (SILVA, 1942).

As realizações físicas, ou seja, arquitetônicas, parte integrante deste discurso, assumiram as mais variadas formas e estiveram presentes no debate das elites intelectuais, de arquitetos ou não, como pudemos mostrar por meio das assistentes sociais, ao longo das décadas de 30 a 50 no Brasil. Articuladas às práticas arquitetônicas internacionais, o exercício projetual de habitação popular materializou-se em Vilas Operárias, Parques Proletários, Conjuntos Habitacionais (lâminas, casas isoladas, cidade jardim, sobrados enfileirados, entre outros), quase sempre acompanhadas de um “trabalho profundo de reeducação” (CHAGAS, 1946:1nt).

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro, IPLANRIO, 1997.
- ALMEIDA, Anna Augusta de. *Serviço Social feito pelas organizações do Estado para os seus servidores*. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Serviço Social*. São Paulo, Centro de Estudos e Ação Social /O Centro, 1947.
- _____. *Possibilidades e limites da teoria do serviço social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- ARAGÃO, Maria Luiza Moniz. *Informe sobre as atividades da Fundação Leão XIII*. *Anais do I Congresso Brasileiro de Serviço Social*. São Paulo, Centro de Estudos e Ação Social /O Centro, 1947.
- BELOCH, Israel (coord.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2001.
- BOABAID, Jeani Martha. *Contribuição para o estudo das escolas de serviço social do antigo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro (1937-1947)*. *Dissertação (Mestrado em editoração)* - Escola de Serviço Social, PUC-Rio de Janeiro, 1979.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. *Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- CHAGAS, Ruth. *Educação familiar e serviço social*. *Trabalho de Conclusão de Curso* – Instituto Social do Rio de Janeiro, 1946.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- COUTINHO, Aloísio B. *O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da "Architectura Viva"*. Rio de Janeiro, Alba Graphics, 1930.
- CUNHA, Maria Célia G. da. *Repercussão do problema da habitação proletária na estabilidade familiar*. *Trabalho de Conclusão de Curso* - Instituto Social do Rio de Janeiro, 1948.
- DODSWORTH, Cecy. *A formação dos trabalhadores sociais – Escola Técnica de Assistência Social*. In: *Anais do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 2 a 9.7.1949.
- FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatórios do exercício de 1949*. Rio de Janeiro, A Fundação, 1950.
- GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. São Paulo: IUPERJ / Vértice, 1988.
- _____. *O trabalhador brasileiro*. In: LIPPI, Lucia O; GOMES, Angela de; VELLOSO, Monica. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez / CELATS, 1982.

Lar e Família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50

Flávia Brito do Nascimento

Abstract

Through the concepts and interventionist practices held by the social workers during the 1940's and 1950's, regarding social housing, this paper debates the building-up of the so called "new man" by the Estado Novo regime. The aim is to understand how the assistentialist thought gained strenght in Brazil, as well as its relations wit the State and with the catholic thought. Through final course papers presented to Social Service schools and articles published in the Annals of the I Brazilian Congress of Social Service in 1949, the relationship between social housing and interventionist practices is discussed.

Key-words: Assistantship, social housing, Rio de Janeiro